ATA

1ª sessão ordinária de 2024

da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

Ao sétimo dia do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e quatro reuniu, pelas vinte e uma horas em **Santa Clara na Sede da Junta de Freguesia de Santa Clara e Castelo Viegas** a Assembleia de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos: ----

PONTO UM: ---

Intervenção do público (máximo 30 minutos) ----

PONTO DOIS: ---

Período antes da ordem do dia (máximo 60 minutos) ---

a) Aprovação da ata da Assembleia Freguesia de 28 de dezembro de 2023; ---
b) Assuntos de Interesse da Freguesia; ...
c) Intervenção do Sr. Presidente do Executivo; ---
d) Outros Assuntos----

PONTO TRÊS: ---

Ordem do Dia: ---

a) Apreciação das atividades da Junta de Freguesia e a sua situação Financeira (alínea e) nº2 Artº9)

b) Apreciação do Inventário de Bens, direitos e obrigações patrimoniais (Artº1 Parágrafo 2)

c) Avaliação, Apreciação e votação de Documentos de Gestão e Contas de 2023 (Artº. 11, parágrafo 2

Para dar início à sessão o Sr. Presidente da mesa da Assembleia procedeu à verificação das presenças e ausências e dos pedidos de substituição dos elementos que a solicitaram, tendo verificado o seguinte: ----

Presenças: ----

Mesa da Assembleia: Presidente Rui Freitas Dias, Primeira Secretária Catarina Ribeiro, Segundo Secretário Sérgio Fernandes

Junto Somos Coimbra: Ricardo Reis; António Paulette; Margarida Pocinho; Cláudia Nunes e Catarina Ferreira---

PS: Filipa Nobre; Gustavo Rocha; Celso Jordão... ----

CDU: Rui Agapito Marques----

Membros do Executivo presentes: Presidente José Simão; Joel Pereira e Bertília Simão, na qualidade de vogais ----

Havendo quórum o Presidente da mesa da Assembleia declarou aberta a sessão começando por cumprimentar todos os presentes passando, de seguida a intervir, dizendo que o Presidente do Executivo pediu alteração da ordem do dia para incluir a aprovação da minuta de aditamento da segunda auto transferência. O Presidente coloca em votação a alteração da ordem do dia.—

- Alteração da ordem do dia aprovada por unanimidade.---

PONTO UM: Intervenção do público (máximo 30 minutos) ---

- Não houve a presença de nenhum freguês nesta Assembleia. ---

PONTO DOIS: Período antes da ordem do dia (máximo 60 minutos) ---

a) Aprovação do aditamento da segunda auto transferência;---

- Aprovado por unanimidade---

b) Aprovação da ata do dia 28 de dezembro de 2023;---

- Aprovado por unanimidade---

c) Aprovação da ata de 29 de janeiro de 2024;---

- Aprovado por unanimidade---

d) Aprovação da ata de 27 de março de 2024;---

- Aprovado por maioria com abstenção da Filipa Nobre---

e) Assuntos de interesse da freguesia;---

- Margarida Pocinho pede a palavra para falar acerca da situação na Quinta dos Palhinhas. Refere que a 29 de dezembro de 2020 informou a junta de freguesia sobre a situação dos muros de contenção da referida Quinta dos Palhinhas, informa ainda que a junta reencaminhou para a câmara municipal de Coimbra e proteção civil e diz que a proteção civil não obrigou o empreiteiro a fazer os devidos arranjos. Mostra documento que relata a situação, o qual se anexa a esta ata, fazendo parte integrante. Atualmente diz que o muro já caiu e o poste de eletricidade está a cair conforme fotos que mostrou aos restantes membros da assembleia. Pede que sejam tomadas medidas urgentes, pois existe perigo para os moradores envolventes. Informa que mandou foto para a Bertília Simão e que iria trazer este assunto à assembleia.---
- Sérgio Fernandes intervêm para questionar se está identificado a quem pertence os terrenos em questão, do qual é informado que pertence às estradas de Portugal.---
- Margarida Pocinho pede novamente ao executivo que pressione quem de direito sobre esta situação.---
- José Simão pede a palavra para informar que já informou a câmara municipal de Coimbra, inclusive esteve no terreno com os técnicos camarários e os mesmos técnicos informam que o muro de suporte está em terreno privado. ---
- Margarida Pocinho diz que a culpa tem de ser assumida por alguém, seja público ou privado.---
- Sérgio Fernandes propõe que seja feita uma exposição escrita para a proteção civil de Coimbra. ---
- António Paulette informa que no Bordalo, junto ao clube existe um imóvel em risco e que a proteção civil apenas colocou uma fita.---
- José Simão informa que mandou no dia 19 de março de 2024 para a câmara municipal de Coimbra a situação da Quinta dos Palhinhas e nunca teve uma resposta até agora da proteção civil.---
- Rui Dias pede a palavra para informar que enviou para o executivo um pedido de esclarecimento de um munícipe por causa de uma estrada que foi fechada por particulares e pergunta que já existe desenvolvimentos nesta matéria.---
- José Simão responde que o problema dessa estrada é que a pessoa que comprou o terreno a um senhor holandês fecha por iniciativa própria a referida estrada. Informa, também, que já chamou a polícia e a câmara municipal de Coimbra para resolver a

situação e que a pessoa em questão retira a corrente mas assim que as autoridades abandonam o local, volta a colocar a corrente.---

- Rui Dias questiona se foi dada alguma resposta ao munícipe.---
- José Simão diz que não foi dada nenhuma resposta.---
- Rui Agapito pede a palavra para questionar o executivo se existe alguma nova informação sobre o Cavalo Azul.---
- José Simão diz que estão várias entidades envolvidas, uma dela as estradas de Portugal que não permitem alcatroar e tem de ser as três entidades envolvidas a resolver a questão (estradas de Portugal, Cavalo Azul e um privado).---
- Rui Agapito questiona sobre o caminho vale do inferno por causa do lixo que encontrou ao longo da estrada e volta a insistir para se fazerem uns passeios.---
- José Simão refere que passeios na estrada de lisboa, só com habitação e projetos da câmara municipal de Coimbra. Relativamente ao lixo, diz que se a junta limpar hoje, amanhã já está tudo cheio de lixo outra vez.---

f) Intervenção do Presidente do Executivo.---

- José Simão intervêm e diz que cada vez está mais difícil gerir a junta de freguesia devido às burocracias e diz que hoje em dia se não tiver advogado, contabilista entre outros técnicos é quase impossível levar a gestão da freguesia a "bom porto". Refere o caso de um freguês José Neves que pediu uma série de documentos que no total eram 600 páginas e que informou esse mesmo freguês que o valor de cada folha era de 1.50€ e o freguês nunca foi levantar esses mesmos documentos. Relativamente aos pedidos de fotocópias, o parecer da CCDR orienta as juntas de freguesia a dar livre acesso à consulta dos mesmos, para evitar o desperdício de tempo dos funcionários. Refere, também, a feira popular e diz que está a ter muita dificuldade e muitos entraves para a sua realização e que já ponderou várias vezes não a realizar. Informa que só na segurança do evento gasta entre 20.000€ a 30.000€ e que a segurança é obrigatória neste tipo de eventos. Em licenças gasta mais de 30.000€ e que os feirantes não querem que se cobre entradas na feira senão voltaram a ameaçar com greve, tal como o ano passado. Relativamente aos artistas refere que têm de ser convidados em janeiro, para se conseguirem bons preços e bons artistas. Informa, ainda, que se tivesse que cancelar a feira, o que teria de pagar em indeminizações o dinheiro da junta não chegava. Volta a reforçar que fazer um evento com a feira popular é muito difícil. Relativamente às obras, diz que estão muito complicadas e diz que a câmara tem retido mais de 300.000€. Refere

que para 2024 em termos de obras só tem a renovação de 4 parques infantis e benfeitora do parque infantil da quinta das lágrimas.---

g) Outros

- Gustavo Roca pede para intervir e informa que enviou um email ao presidente da mesa da assembleia, para reencaminhar para o presidente da junta, a solicitar documentos de suporte relativos à feira popular 2022 e 2023 e justifica, assim, a intervenção do presidente relativamente ao assunto das cópias e que o presidente da junta menciona um artigo em que dá 30 dias para a junta de freguesia responder. Pergunta ao presidente da junta onde se baseou para chegar ao valor de 1.50€ por cada fotocópia. -
- José Simão responde que está na tabela da junta.---
- Gustavo Rocha continua com a sua intervenção, e não percebia o porquê de ter de pagar para executar a sua função de membro da assembleia que é fiscalizar o trabalho do executivo. Sugere que se for possível e a junta permitir ele próprio se desloca à junta para consultar os referidos documentos. Refere que essa consulta é para entender melhor o prejuízo que as feiras populares tem tido, prejuízo esse que não é benéfico para a freguesia.---
- Bertília Simão refere que as contas estão espelhadas no documento que foi entregue aos membros da assembleia.---
- Sérgio Fernandes pede a palavra para falar sobre a feira popular e questiona o executivo se este modelo de organização/gestão da feira popular é viável, porque estar ano para ano a aumentar o prejuízo não parece minimamente viável.---
- José Simão responde que a feira popular não tem como objetivo dar lucro, tem como objetivo dar diversão à cidade de Coimbra. Refere, ainda, que apenas realiza a feira popular porque quer deixar aos outros executivos, aquilo que lhe deixaram a ele. Informa, também, que na feira popular estão presente todas as coletividade da união de freguesia e é uma forma de se auto financiarem ao estarem presente na mesma.---
- Cláudia Nunes intervém e refere que teve 13 anos na bilheteira da feira popular e sempre a cobrar bilhetes por 1.50€ e que os feirantes nunca fizeram greve.---
- Catarina Ferreira intervêm e diz que tem o relatório da feira popular 2012 e que foi o último ano que existiu feira popular com bilheteira e com apoio da câmara de 20.000€ e essa mesma feira teve um total de receitas de 93.941€ e um total de despesa de 64.000€. Refere que desde 1996 até 2012 a feira popular não tinha prejuízo. Informa também que a feira popular sempre teve lucro até à compra da bilheteira por parte da câmara municipal.---

PONTO TRÊS: Ordem do dia;---

a) Apreciação da atividade da junta de freguesia e sua situação financeira;---

- Não houve intervenções.---

b) Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais (Art 1º, paragrafo 2);---

- Não houve intervenções.---

c) Avaliação, apreciação e votação do documento de gestão e contas de 2023 (Art.11, paragrafo 2);---

- Rui Agapito pede esclarecimentos acerca do item "participação em eleições" com um valor de 8.000€.---
- José Simão esclarece que é o valor que a câmara dá à junta para as eleições.---
- Rui Agapito questiona sobre outro item "ordens religiosas e congregações" no valor de 7.350€.---
- José Simão responde a dizer que são os valores gastos com obras e donativos que a junta tem com essas mesmas ordens religiosas.---

O presidente da assembleia passou à votação do documento: Documento aprovado por maioria com votos contra do Gustavo Rocha, 5 abstenções e 6 votos a favor. ---

- José Simão pede autorização ao presidente da mesa da assembleia de freguesia para falar das comemorações do aniversário dos 170 anos, no dia 25 de novembro e estão a preparar uma homenagem a alguns trabalhadores já falecidos e de uma personalidade da união da freguesia que neste caso será Álvaro Seco. ---
- Rui Dias também propõe para ser homenageado o António Arnault.---

Terminada a discussão e nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, da qual para constar para todos os efeitos legais se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada, pela Presidente e pelos Secretários

7 de maio de 2024

O Presidente da Mesa de Assembleia:

A 1ª Secretária:

O 2º Secretário:

CDS – margarida Pocinho

Boa Noite

Cumprimentos a todos na pessoa do Senhor Presidente da AF dr. Rui Dias

07/05/2024

Assuntos de interesse para a freguesia

A 29 de dezembro de 2020 informei e documentei como se encontrava em risco de queda na rua quinta dos palhinhas. A junta informou a Câmara. A proteção civil esteve presente e não obrigou o empreiteiro a arranjar o muro tendo sido ele que o estragou aquando das obras da vivenda. Fui informada de que tinha que gradear o meu muro ou elevá-lo pois corria eu o risco de incorrer em problemas se alguém caísse para a minha propriedade. Senti como uma espécie de castigo por parte do executivo do então presidente Dr. Machado, por ter chamado a proteção civil. Desde então nada foi feito, a não ser a erosão do tempo e, aqui afirmado, os pedidos da junta à camara para que resolvessem a questão.

Atualmente o muro de suporte da estrada já caiu para os terrenos do senhor Mário Palhinha e o poste de eletricidade também já está em risco como se pode observar nas fotos abaixo e que entrego para a ata. O que se espera que aconteça alguma desgraça?

O CDS espera que sejam tomadas medidas urgentes face a esta situação que já dura à demasiado tempo e que apresenta perigo para a saúde e vida das populações ali residentes.